

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 3,5 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 51,1 milhões e Ativos Totais de R\$ 53,3 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	53.195	49.183	CIRCULANTE	2.197	1.669
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	46	51	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	2.197	1.669
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	53.141	49.126	Sociais e Estatutárias (Nota 10d).....	33	26
Carteira Própria.....	53.141	49.126	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	2.067	1.547
OUTROS CRÉDITOS.....	8	6	Diversas (Nota 9b).....	77	96
Diversos (Nota 6).....	8	6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.140	47.707
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	138	189	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS.....	138	189	- De Domiciliados no País (Nota 10a).....	26.400	25.500
Diversos (Nota 6).....	138	189	Reservas de Lucros (Nota 10c).....	24.740	22.207
PERMANENTE	4	4			
INVESTIMENTOS (Nota 7).....	4	4			
Outros Investimentos.....	47	47			
Provisões para Perdas.....	(43)	(43)			
TOTAL	53.337	49.376	TOTAL	53.337	49.376

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais	
	2015	2015	2014	2015	2015	2014	2014	2015	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.489	6.393	4.963	Saldos em 30.6.2015	26.400	314	22.607	-	49.321
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	3.489	6.393	4.963	Lucro Líquido.....	-	-	-	1.837	1.837
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.489	6.393	4.963	Destinações: - Reservas.....	-	92	1.727	(1.819)	-
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(290)	(496)	(449)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(18)	(18)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(113)	(153)	(196)	Saldos em 31.12.2015	26.400	406	24.334	-	51.140
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(177)	(316)	(248)	Saldos em 31.12.2013	24.500	191	20.293	-	44.984
Outras Receitas Operacionais.....	-	-	5	Aumento de Capital com Reservas.....	1.000	(96)	(904)	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	-	(27)	(10)	Lucro Líquido.....	-	-	-	2.749	2.749
RESULTADO OPERACIONAL	3.199	5.897	4.514	Destinações: - Reservas.....	-	137	2.586	(2.723)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.199	5.897	4.514	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(26)	(26)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(1.362)	(2.431)	(1.765)	Saldos em 31.12.2014	25.500	232	21.975	-	47.707
LUCRO LÍQUIDO	1.837	3.466	2.749	Aumento de Capital com Reservas.....	900	-	(900)	-	-
Número de cotas (Nota 10a).....	26.400.000	26.400.000	25.500.000	Lucro Líquido.....	-	-	-	3.466	3.466
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	69,58	131,29	107,80	Destinações: - Reservas.....	-	174	3.259	(3.433)	-
				- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(33)	(33)
				Saldos em 31.12.2015	26.400	406	24.334	-	51.140

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre 2015	%	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	%	2014	%
	2015	2015	2014		2015		2015		2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	3.489	103,3	6.366	102,5	4.958	104,1
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3.199	5.897	4.514	1.1) Intermediação Financeira.....	3.489	103,3	6.393	102,9	4.963	104,2
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros				1.2) Outras.....	-	-	(27)	(0,4)	(5)	(0,1)
Derivativos.....	(3.047)	(4.015)	(3.182)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(113)	(3,3)	(153)	(2,5)	(196)	(4,1)
(Aumento) em Outros Créditos.....	-	(1)	(1)	Publicação.....	(79)	(2,3)	(88)	(1,5)	(122)	(2,6)
(Redução) em Outras Obrigações.....	55	16	5	Serviços Técnicos Especializados.....	(27)	(0,8)	(45)	(0,7)	(35)	(0,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(196)	(1.876)	(1.307)	Serviços do Sistema Financeiro.....	(7)	(0,2)	(14)	(0,2)	(14)	(0,3)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11	21	29	Outros.....	-	-	(6)	(0,1)	(25)	(0,5)
Dividendos Pagos.....	-	(26)	(18)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.376	100,0	6.213	100,0	4.762	100,0
Caixa Líquido (Utilizado) de Atividades de Financiamentos	-	(26)	(18)	4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.376	100,0	6.213	100,0	4.762	100,0
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	(5)	11	5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.376	100,0	6.213	100,0	4.762	100,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	35	51	40	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	1.539	45,6	2.747	44,2	2.013	42,3
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	46	46	51	Federais.....	1.539	45,6	2.747	44,2	2.013	42,3
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	(5)	11	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.837	54,4	3.466	55,8	2.749	57,7
				Dividendos.....	18	0,5	33	0,5	26	0,5
				Lucros Retidos.....	1.819	53,9	3.433	55,3	2.723	57,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Tibre DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado ao resultado do período; e

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2014
					Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação							
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	11	27.514	27.525	27.525	13.387
Operações compromissadas.....	14.668	-	-	-	14.668	14.668	24.062
Debêntures.....	-	46	-	1.417	1.463	1.463	1.920
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	-	-	-	1.224
Outros.....	197	3.117	2.205	3.966	9.485	9.485	8.533
Total em 2015	14.865	3.163	2.216	32.897	53.141	53.141	49.126
Total em 2014	26.922	280	4.948	16.976			

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos.

Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponíveis na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Corresponde a resultado de títulos de renda fixa no montante de R\$ 6.393 mil (2014 - R\$ 4.963 mil).

d) A Tibre DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO SOFISA S.A.....	26
COMP. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE S. PAULO.....	2
DUKE ENERGY INTER. GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.....	33
EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO.....	24
TIBRE DTVM LTDA.....	22

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Créditos tributários (Notas 15c e d).....	135	186
Outros.....	11	9
Total	146	195

7) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais.....	46	46
Títulos patrimoniais.....	1	1
Subtotal	47	47
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais.....	(43)	(43)
Total	4	4

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível e/ou provável não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e/ou provável de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	2.058	1.525
Impostos e contribuições a recolher.....	29	22
Total	2.087	1.547

b) Diversas

Refere-se à provisão para pagamento de publicações legais, no montante de R\$ 77 mil (2014 - R\$ 96 mil).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 26.400 mil (2014 - R\$ 25.500 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 26.400.000 (2014 - 25.500.000) de cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	RS mil
Em 31 de dezembro de 2014	25.500.000	25.500
Aumento de capital com reservas - alteração contratual de 27.4.2015 (1).....	900.000	900
Em 31 de dezembro de 2015	26.400.000	26.400

(1) Em 26 de maio de 2015, o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 900 mil, com a criação de 900.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	24.740	22.207
- Reserva legal (1).....	406	232
- Reserva estatutária (2).....	24.334	21.975

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em constituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido.....	3.466	2.749
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(174)	(137)
Base de cálculo	3.292	2.612
Dividendos propostos.....	33	26
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	1,25	1,02

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Publicação.....	88	122
Serviços técnicos especializados.....	45	35
Serviços do sistema financeiro.....	14	14
Contribuições filantrópicas.....	-	18
Outras.....	6	7
Total	153	196

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	256	199
Contribuição ao PIS.....	42	32
Outros impostos e taxas.....	18	17
Total	316	248

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Outras despesas financeiras.....	27	-
Patrocínio de caráter cultural.....	-	10
Total	27	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas da

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)
Disponibilidades:		
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto).....	46	51
Dividendos:		
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto) ...	(33)	(26)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de sócio cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.897	4.514
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(2.653)	(1.806)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2)	(4)
Crédito tributário (2).....	10	-
Outros valores (3).....	214	45
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.431)	(1.765)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014		
Impostos correntes				
Imposto de renda e contribuição social, devidos.....	(2.380)	(1.763)		
Impostos diferidos				
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(61)	(2)		
Ativação de crédito tributário de exercícios anteriores de:				
Adições temporárias.....	10	-		
Total dos impostos diferidos	(51)	(2)		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.431)	(1.765)		
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos				
	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisões para perda com incentivos fiscais.....	149	7	53	103
Provisão para publicação.....	37	32	37	32
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 6).....	186	39	90	135

(1) Inclui o montante de R\$ 10 mil, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	37	26	63
2017.....	19	14	33
2018.....	22	17	39
Total (Nota 6).....	78	57	135

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 129 mil (2014 - R\$ 161 mil).

Todos os créditos tributários da Tibre DTVM foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Tibre DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

- Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:
- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
 - Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
 - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 57
São Paulo, terça-feira, 29 de março de 2016

Página 23

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 3,5 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 51,1 milhões e Ativos Totais de R\$ 53,3 milhões. Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO				
CIRCULANTE	53.195	49.183	2.197	1.669
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	46	81	2.197	1.669
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	53.141	49.102	33	26
Carteira Própria	53.141	49.102	2.087	1.547
OUTROS CRÉDITOS	8	6	77	96
Diversos (Nota 6)	8	6	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	138	189	51.140	47.707
OUTROS CRÉDITOS	138	189	-	-
Diversos (Nota 6)	138	189	26.400	25.500
PERMANENTE	4	4	22.740	22.207
INVESTIMENTOS (Nota 7)	4	4	-	-
Outros Investimentos	4	4	-	-
Provisões para Perdas	(43)	(43)	-	-
TOTAL	53.337	49.376	53.337	49.376

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.489	6.393	4.963	Saldo em 30.6.2015	26.400	314	22.607	-	49.321
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	3.489	6.393	4.963	Lucro Líquido	-	-	-	1.837	1.837
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.489	6.393	4.963	Destinações - Reservas	-	92	1.727	(1.819)	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(290)	(496)	(449)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(18)	(18)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(113)	(153)	(146)	Saldo em 31.12.2015	26.400	406	24.334	-	51.140
Despesas Tributárias (Nota 12)	(177)	(316)	(248)	Saldo em 31.12.2014	24.500	191	20.293	-	44.984
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	Aumento de Capital com Reservas	-	1.000	(96)	(904)	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	3.199	5.897	4.514	Lucro Líquido	-	-	-	2.749	2.749
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.199	5.897	4.514	Destinações - Reservas	-	137	2.586	(2.723)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15)	(1.362)	(2.431)	(1.765)	Saldo em 31.12.2014	25.500	232	21.975	-	47.707
LUCRO LÍQUIDO	1.837	3.466	2.749	Aumento de Capital com Reservas	900	-	(900)	-	-
Número de cotas (Nota 10a)	26.400.000	26.400.000	25.500.000	Lucro Líquido	-	-	-	3.466	3.466
Lucro por lote de mil cotas em R\$	69,58	131,29	107,80	Destinações - Reservas	-	174	3.259	(3.433)	-
				- Dividendos Propostos	-	-	-	(33)	(33)
				Saldo em 31.12.2015	26.400	406	24.334	-	51.140

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.199	5.897	4.514	
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.047)	(4.015)	(3.182)	
(Aumento) em Outros Créditos	-	(1)	(1)	
(Redução) em Outras Obrigações	55	16	5	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(196)	(1.876)	(1.307)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11	21	29	
Dividendos Pagos	-	(26)	(18)	
Caixa Líquido (Utilizado) de Atividades de Financiamentos	-	(26)	(18)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	(5)	11	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	35	51	40	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	46	46	51	
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	(5)	11	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	%	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	3.489	103,3	6.366	102,5	4.858	104,1
1.1) Intermidação Financeira	3.489	103,3	6.393	102,9	4.963	104,2
1.2) Outras	-	-	(27)	(0,4)	(5)	(0,1)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(113)	(3,3)	(153)	(2,5)	(196)	(4,1)
Publicação	(79)	(2,3)	(88)	(1,5)	(122)	(2,6)
Serviços Técnicos Especializados	(27)	(0,8)	(45)	(0,7)	(35)	(0,7)
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,2)	(14)	(0,2)	(14)	(0,3)
Outros	-	-	(6)	(0,1)	(25)	(0,5)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.376	100,0	6.213	100,0	4.762	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.376	100,0	6.213	100,0	4.762	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.376	100,0	6.213	100,0	4.762	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	1.539	45,6	2.747	44,2	2.013	42,3
Federais	1.539	45,6	2.747	44,2	2.013	42,3
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.837	54,4	3.466	55,8	2.749	57,7
Dividendos	18	0,5	33	0,5	26	0,5
Lucros Retidos	1.819	53,9	3.433	55,3	2.723	57,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Tibre DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e serviços contábeis, devendo ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta retora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seu compromisso de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2016.

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação				
Letras financeiras do tesouro	-	-	11	27.514
Operações compromissadas	14.668	-	-	27.525
Debêntures	-	46	-	14.668
Letras do tesouro nacional	-	-	1.417	1.463
Outros	197	3.117	2.205	3.966
Total em 2015	14.865	3.163	2.216	32.897
Total em 2014	26.922	280	4.948	16.976

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponíveis na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Corresponde a resultado de títulos de renda fixa no montante de R\$ 6.393 mil (2014 - R\$ 4.963 mil).

d) A Tibre DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Créditos tributários (Notas 15c e d)	135	186
Outros	11	9
Total	146	195

7) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	46	46
Títulos patrimoniais	47	47
Subtotal	93	93
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(43)	(43)
Total	4	4

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível e/ou provável não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e/ou provável de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	2.058	1.525
Impostos e contribuições a recolher	29	22
Total	2.087	1.547

b) Diversas

Refere-se à provisão para pagamento de publicações legais, no montante de R\$ 77 mil (2014 - R\$ 96 mil).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 26.400 mil (2014 - R\$ 25.500 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 26.400.000 (2014 - 25.500.000) de cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2014	25.500.000	25.500
Aumento de capital com reservas - alteração contratual de 27.4.2015 (1)	900.000	900
Em 31 de dezembro de 2015	26.400.000	26.400

(1) Em 26 de maio de 2015, o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 900 mil, com a criação de 900.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	24.740	22.207
- Reserva legal (1)	406	232
- Reserva estatutária (2)	24.334	21.975

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

Em decorrência da alteração da alíquota, a Tibre DTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos conting

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de sócios cotistas é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2015		2014	
	2015	2014	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	5.897	4.514	4.514	3.100
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(2.653)	(1.806)	(1.806)	(1.275)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2)	(4)	(4)	(3)
Crédito tributário (2).....	10	-	-	-
Outros valores (3).....	214	45	45	32
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(2.431)	(1.765)	(1.765)	(1.243)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
(2) Constituição de crédito tributário relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e
(3) Inclui, basicamente, a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (49%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2015		2014	
	2015	2014	2014	2013
Impostos correntes				
Imposto de renda e contribuição social, devidos.....	(2.380)	(1.763)	(1.763)	(1.243)
Impostos diferidos				
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(61)	(2)	(2)	(3)
Ativação de crédito tributário de exercícios anteriores de:				
Adições temporárias.....	10	-	-	-
Total dos impostos diferidos.....	(51)	(2)	(2)	(3)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(2.431)	(1.765)	(1.765)	(1.243)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Práticas	Saldo em 31.12.2014		Constituição (1)		Realização		Saldo em 31.12.2015	
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015
Provisões para perda com incentivos fiscais.....	149	7	53	103				
Provisão para publicação.....	37	32	37	32				
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 6)	186	39	90	95				

(1) Inicial o montante de R\$ 10 mil, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições previstos de realização até dezembro de 2015, baseado em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Diferenças temporárias	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	19	26	63
2017.....	37	14	33
2018.....	22	17	39
Total (Nota 6).....	78	57	135

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 129 mil (2014 - R\$ 131 mil). Todos os créditos tributários da Tibre DTVM foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Tibre DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
• Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
• Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
• Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas da

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 SP

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3



São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 29.780.061/0001-09 - NIRE 35.300171004
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem no dia 29/03/2016, às 10h, na sede social da Companhia, na Rua Dr. Eduardo de Souza Araújo, nº 153, 12º andar (Sala A), em SP/SP, em AGO, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos Administradores da Companhia, bem como examinar, discutir e votar o relatório da Administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2015; (ii) deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital; (iii) aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2015; (iv) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (v) eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) aprovar a proposta de remuneração da Administração para o exercício social de 2016. **Informações Gerais** - Os seguintes documentos foram publicados em 10/03/2016 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Valor Econômico - Edições: São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal": (i) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015, acompanhadas com o relatório da administração e (ii) parecer dos auditores independentes. Os documentos e informações referidos no parágrafo anterior e os demais previstos nas Instruções da CVM foram apresentados à CVM, por meio do Sistema Empresa.NET, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 481/09, bem como foram disponibilizados aos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.scsa.com.br), e nos sites da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Para eleição dos membros do Conselho de Administração por meio de voto múltiplo, aplicar-se-á o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76, observado que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% do capital social votante, nos termos da Instrução CVM nº 165/1991. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às Assembleias munido de documento que comprove sua identidade. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominais da - BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros que desejarem participar das Assembleias deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecida pela instituição custodiante. Solicite-se que, na medida do possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias a que se refere o presente edital tenham a firma reconhecida e sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 48 horas das Assembleias. São Paulo, 29/03/2016. **Rolando Milano** - Presidente do Conselho de Administração.

Smiles S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.912.764/0001-20 - NIRE 35.300.439.490
Aviso aos Acionistas

A Smiles S.A. (BM&FBOVESPA: SMLE3) ("Companhia" ou "Smiles"), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29.04.2016, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco B, 2º andar, Alphaville, CEP 06454-000, e no endereço eletrônico da Companhia (http://www.smiles.com.br), tendo sido enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável foi oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. Barueri, 29 de março de 2016. Flávio Jardim Vargas - Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Claro Telecom Participações S.A.
CNPJ/MF nº 07.043.628/0001-13 - NIRE 35 3 003537 49
Registro CMV nº 2353-1
EDITAL DE CONVOCACAO

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA PARTICIPAÇÕES S.A., a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Rua Flórida, nº 1970, parte, bairro Cidade Monções, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04565-307, no dia 29 de abril de 2016, às 14:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:
I. Em Assembleia Geral Ordinária:
(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2015.
(ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2015.
II. Em Assembleia Geral Extraordinária:
(i) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2016.
Instruções Gerais:
(a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 27 de abril de 2016, até às 17:30 horas.
(b) A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.
São Paulo-SP, 29 de março de 2016.
Oscar von Hauke Solis
Presidente do Conselho de Administração.

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os representantes das empresas associadas e sindicalizadas ao **Sindicato da Indústria Alimentar de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados no Estado de São Paulo - SICONGEL**, para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada em nossa Sede Social a Av. Brigadeiro Faria Lima, 1478 - 2º andar, conjunto 205, Capital, no dia **04 de abril de 2016, às 08:30 horas** ou meia hora depois, em segunda convocação, obedecidas as determinações e quórum legais, a fim de deliberarem sobre a seguinte "ORDEN DO DIA": 1º) Análise da proposta apresentada pelo **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos, data-base 01 de março 2016**; 2º) Formação da Comissão de Negociação Salarial e 3º) Outros assuntos correlatos. São Paulo, 23 de março de 2016.
EDMUND KLOTZ - Presidente do SICONGEL

São Martinho S.A.
CNPJ/MF nº 51.468.860/0001-56 - NIRE nº 35.300.010.485
Companhia Aberta

Extrato Ata da 183ª Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: Realizada em 28/03/2016, às 9:30 horas. **Presenças:** Membros representando a totalidade do Conselho de Administração. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença dos membros representando a totalidade do conselho de administração. **Mesa:** Presidente: Luiz Antonio Cera Ometto e Secretário: João Guilherme Sabino Ometto. **Deliberações:** (1) A outorga de procurações pela Companhia, para o período de 1º/04/2016 a 31/03/2017, para os senhores: Adriano Furlado, RG nº 27.650.412-4 - SSP/SP e CPF/MF nº 200.088.708-29; Angelo Alcides Danzari, RG nº 23.191.934-7-SSP/SP e CPF/MF nº 123.628.628-60; Carlos Henrique Venturini, RG nº 11.484.578-SSP/SP e CPF/MF nº 016.417.478-89; Cristiane Mendes Pigatto, RG nº 18.158.624-1-SSP/SP e CPF/MF nº 146.528.869-61; Elias Eduardo Rosa Georges, RG nº 21.373.151-SSP/SP e CPF/MF nº 148.332.328-55; Ivan Barroello Datti, RG nº 8.407.821-SSP/SP e CPF/MF nº 031.838.108-75; José Henrique Martins, RG nº 24.902.667-3-SSP/SP e CPF/MF nº 149630568-01; Luis Roberto de Medeiros, RG nº 16.569.114-SSP/SP e CPF/MF nº 083.051.418-02; Luiz Alberto Henriques, RG nº 7.690.072-SSP/SP e CPF/MF nº 982.372.178-53; Luiz Carlos Carniel, RG nº 7.773.783-SSP/SP e CPF/MF nº 862.016.468-68; Marcia Maria Cubas de Almeida, RG 14.086.590-1-SSP/SP e CPF/MF 264.668-96; Nilton Roberto Filho, RG nº 13.911.357 - SSP/SP e CPF/MF nº 084.001.628-20; Ronald do Aparecido Mingossi, RG 26.784.987-SSP/SP e CPF/MF nº 252.989.328-43; e Wagner de Abreu Mascioto, RG nº 16.853.281-5-SSP/SP e CPF/MF nº 093.175.188-85; todos com os mesmos poderes das procurações outorgadas anteriormente. A presente aprovação se estende, também, para as demais empresas controladas pela Companhia, cabendo suas respectivas diretorias tomarem as providências que se fizerem necessárias, ficando excluídos, nas procurações, os poderes do subestabelecimento. (2) Os votos favoráveis a serem proferidos: I) na Assembleia Geral Extraordinária da Vale do Aço Empreendimentos Imobiliários S.A. para deliberar sobre a implantação do Projeto Imobiliário Residencial II em Pradópolis, deslocado do imóvel objeto da matrícula 4.895 do Livro 2-RG do CRU/Guanabara, mediante constituição de SPE, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria; e II) na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("NFB") para deliberar sobre: (a) o orçamento da NFB para o período de 1º/04/2016 a 31/03/2017; e (b) a assinatura do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas entre NFB e a São Martinho S.A. para o período de 1º/04/2016 a 31/03/2017. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28/03/2016. João Guilherme Sabino Ometto - Presidente da Mesa e Luiz Antonio Cera Ometto - Secretário da Mesa.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ/MF 08-439.659/0001-50 - NIRE 35.300.335.813
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2016, às 9h00, na sede social da Companhia, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.184, 7º andar, Vila Olimpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2015, publicados no DOE-SP e no Valor Econômico em 17/03/2016; (b) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2015; (c) definição do número de membros do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia em razão do vencimento do mandato dos atuais Conselheiros de Administração na data de realização da AGO; (d) eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e (e) fixação da remuneração global dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais:** 1. Poderão participar da AGO os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itau Corretora de Valores S.A. Os acionistas deverão, nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, observar os seguintes procedimentos: (a) a Companhia solicita aos acionistas que desejarem ser representados por procurador o depósito do instrumento de mandato e dos documentos necessários, em até 48 horas antes do horário marcado para a realização da AGO, em conformidade com o caput do atual Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, para agilização dos procedimentos necessários à sua identificação. Os acionistas que comparecerem à AGO munidos dos documentos exigidos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente; e (b) antes do início da Assembleia: (i) no caso de acionistas pessoas físicas - documento de identificação; (ii) no caso de acionista pessoa jurídica - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria); e (iii) no caso de acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com ata de eleição do representante legal. 2. Nos termos do Artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterado pela Instrução CVM nº 292/08, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). 3. Todos os documentos pertencentes às matérias a serem debatidas na AGO, conforme previsto no Artigo 6º, da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (www.cpflrenovaveis.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).
São Paulo, 29 de março de 2016
Wilson P. Ferreira Junior - Presidente do Conselho de Administração

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
CNPJ nº 61.529.343/0001-32 - NIRE 35.300.053.800

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24.3.2016

Data, Hora, Local: Em 24.3.2016, às 11h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, 4º andar, Prédio Vermelho. **Mesa:** Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Antonio José da Barbara. **Quórum de Instalação:** mais de dois terços do capital social. **Editais de Convocação:** publicado em 11, 12 e 15.3.2016, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", respectivamente, páginas 113, 7 e 33; e "Valor Econômico", respectivamente, páginas E24, E5 e E2. **Deliberações:** a) homologação do aumento do capital social deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.1.2016, no valor de R\$1.227.900.000,00, elevando-o de R\$15.100.000,00 para R\$16.327.900.000,00, mediante a subscrição de 291.662.707 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$4.210,00 por lote de mil ações, fixado com base no valor do patrimônio líquido da Sociedade na data-base de 30.11.2015, informando que: 1) o prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição de ações pelos acionistas, na proporção de suas participações no capital social, foi fixado de 18.1.2016 a 17.2.2016; 2) as sobras de ações, após decorrido o prazo de direito de preferência, foram rateadas na proporção dos valores subscritos entre os acionistas que pediram, no boletim de subscrição, reserva de sobras, nos termos do Parágrafo Oitavo do Artigo 171 da Lei nº 6.404/76; 3) o referido aumento foi totalmente subscrito e será integralmente incorporado ao capital social; 4) os acionistas subscritores da totalidade das ações emitidas integralizaram o aumento do capital social em 1º.3.2016, no valor total de R\$1.227.900.000,00; 5) as ações subscritas e integralizadas no referido aumento terão direito a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir desta data (24.3.2016), fazendo jus também, de forma integral, a eventuais vantagens atribuídas às demais ações a partir da citada data; b) alterado o "caput" do Artigo 5º do estatuto social em decorrência do aumento do capital social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º O Capital Social é de R\$16.327.900.000,00 (dezesseis bilhões, trezentos e vinte e sete milhões e novecentos mil reais), dividido em 7.664.369.032 (sete bilhões, seiscentos e oitenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e nove mil, trinta e duas) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Na sequência dos trabalhos, esclareceu o senhor Lázaro de Mello Brandão, Presidente que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, e que todas as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Quórum das Deliberações:** aprovadas pelos acionistas presentes, abstenendo-se de votar a acionista Lia Maria Aguiar, representada por seu procurador, Dr. Marcelo Vieira Von Adamek. **Aprovação e Assinatura da Ata:** lavrada e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas presentes e assinada. aa) Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Antonio José da Barbara; Acionistas: Lázaro de Mello Brandão, Luiz Carlos Trabuco Cappi, Denise Aguiar Alvarez, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, José Alcides Munhoz, Aurélio Conrado Boni, Domingos Figueiredo de Abreu, Alexandre da Silva Glüher, José Augusto Pancini, Mauricio Machado de Minas, Fundação Bradesco e Nova Cidade de Deus Participações S.A., representadas por seu Diretor-Presidente, senhor Lázaro de Mello Brandão; Lia Maria Aguiar, representada por seu procurador, senhora Denise Aguiar Alvarez; e Lia Maria Aguiar, representada por seu procurador, Dr. Marcelo Vieira Von Adamek. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que o presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações - Antonio José da Barbara - Secretário.

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
CNPJ nº 61.529.343/0001-32 - NIRE 35.300.053.800

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24.3.2016

Data, Hora, Local: Em 24.3.2016, às 11h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, 4º andar, Prédio Vermelho. **Mesa:** Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Antonio José da Barbara. **Quórum de Instalação:** mais de dois terços do capital social. **Editais de Convocação:** publicado em 11, 12 e 15.3.2016, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", respectivamente, páginas 111, 7 e 33; "Valor Econômico", respectivamente, páginas E24, E5 e E2; e "Diário da Região", páginas 6. **Esclarecimentos:**